

MOÇÃO N° 001/21

A **Câmara Municipal de Vereadores de Ibirubá**, manifesta a aprovação unânime pelo seu Colendo Plenário da presente Moção de Apoio aos empresários, comerciantes, prestadores de serviços e autônomos do Município de Ibirubá, nos seguintes termos:

Diante da situação difícil em que vivemos, com a determinação de bandeira preta em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, mesmo que conscientes de que medidas mais severas devem ser aplicadas no combate a Covid-19, entendemos não ser justa a penalização do comércio com o fechamento de suas portas, deixando inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade financeira e incerteza quanto aos empregos que garantem os seus sustentos.

Devemos buscar alternativas que permitam o funcionamento seguro dos estabelecimentos, aliando a preservação da saúde com a manutenção de empregos, ao invés de adotar as medidas ditatoriais impostas pelo Governo do Estado, na pessoa do Governador Eduardo Leite, que tem se mostrado insensível aos apelos pelo retorno responsável das atividades, permitindo a volta da cogestão nos Municípios.

Além disso, justificamos que o comércio poderia funcionar de maneira regrada, levando em consideração que atividades essenciais, por exemplo, pouco alteraram a sua rotina de atendimento com a troca de bandeira decretada pelo Poder Executivo Estadual.

Temos plena certeza de que caso o Governo do Estado tivesse adotado as medidas necessárias para contenção da Covid-19 no tempo certo, além de ter aplicado as verbas públicas na ampliação dos serviços de atendimento à saúde, a situação não teria se agravado da forma como estamos vendo.

Diante do exposto, Requeremos que a Casa aprove a presente Moção de Apoio aos empresários, comerciantes, prestadores de serviços e autônomos do Município de Ibirubá, para que haja conhecimento público de que como agentes públicos, com mandato outorgado pelo povo, nos manifestamos favoráveis à saúde, bem como às medidas de contenção do Coronavírus, mas em paralelo ao funcionamento regrado das diferentes atividades econômicas, que no nosso entendimento, não podem ser penalizadas e culpadas pela atual situação.

Sala de Sessões, 16 de março de 2021.

Ver^a. Jaqueline Brignoni Winsch,
Presidente.